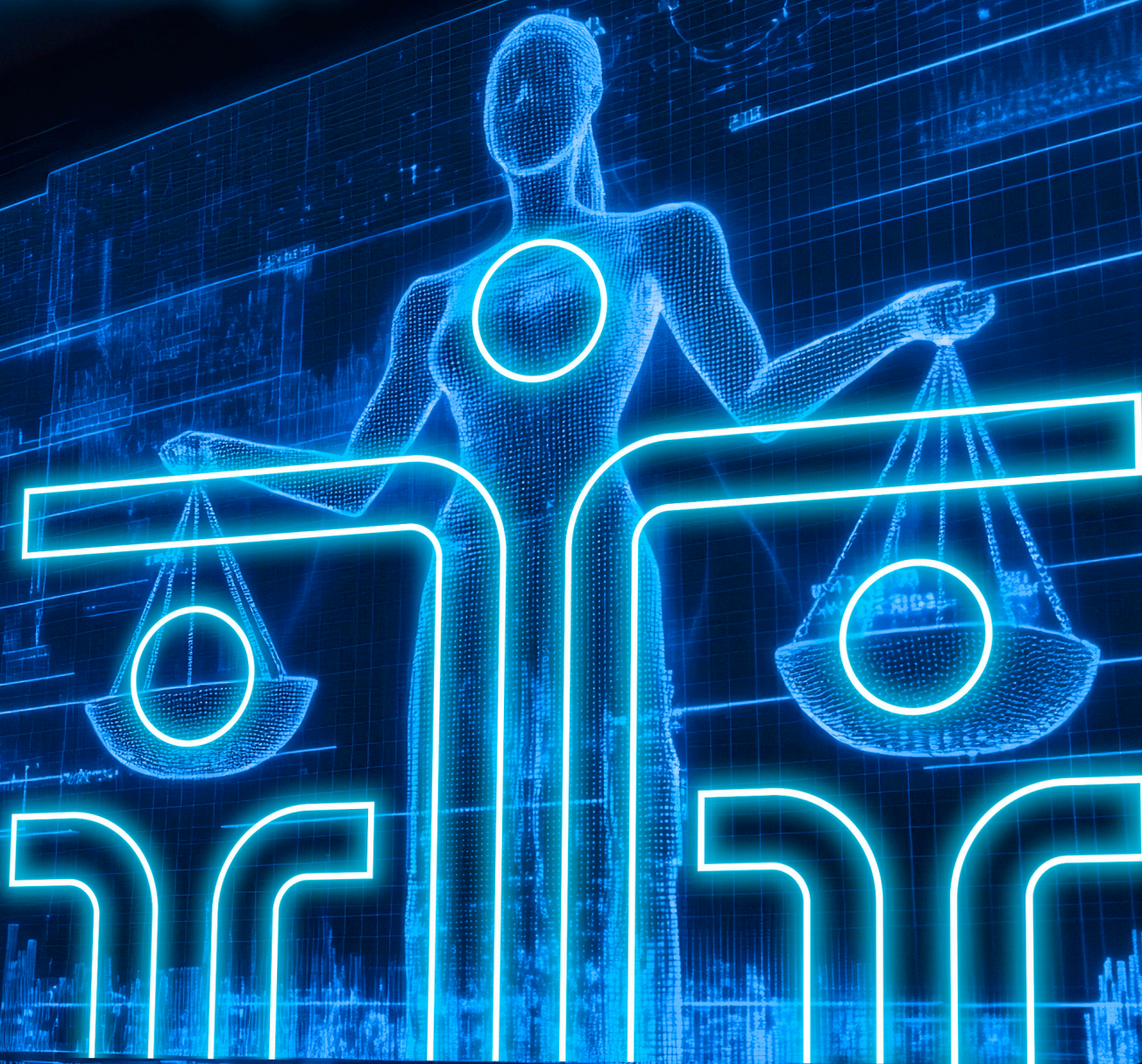


A história passada a limpo

Edição nº 1 | 2025



FENAE



CONTRAF



ANAPAR



A **Fenae** chega aos **54 anos** com histórico de lutas e conquistas em favor do pessoal da Caixa e a defesa do papel social do banco público. Nesse período, a Federação tem investido na promoção do bem-estar dos empregados e aposentados da empresa, incentivando práticas sociais, esportivas e culturais, e defendendo os seus direitos.

A entidade tem compromisso também com o país. Ao longo dos anos, lutou por um Brasil democrático e justo. A Fenae seguirá trilhando o mesmo caminho: a valorização dos trabalhadores e a justiça social.



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Acesse e saiba mais:



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao



Aponte a câmera
do seu celular para
o QR Code e conheça a Fenae.



Funcef: história de um período que precisa ser contada

Nas últimas duas décadas, a Funcef passou por um processo de crescimento e modernização, consolidando-se como um dos maiores fundos de pensão do país. A partir de 2003, atos de gestão e investimentos estratégicos impulsionaram seu patrimônio, a governança foi aprimorada e avanços significativos beneficiaram milhares de participantes.

No entanto, crises econômicas e investigações baseadas em acusações infundadas comprometeram a percepção pública sobre o fundo. Agora, com as recentes decisões judiciais esclarecendo os fatos e absolvendo sumariamente os ex-dirigentes, os equívocos que levaram à criminalização de gestões anteriores começam a ser corrigidos.

Esta publicação reconstrói essa trajetória com base em dados, decisões e acontecimentos concretos, resgatando o que realmente aconteceu e colocando em perspectiva os desafios enfrentados e as conquistas que permanecem.

Um olhar sobre os avanços, os obstáculos e a realidade que, pouco a pouco, se impõe sobre as versões distorcidas do passado.





Inovações e crescimento da Funcef a partir de 2003

A década de 1990 representou um período de intensas transformações econômicas no Brasil, marcado pela busca de estabilidade macroeconômica e pela necessidade de modernizar a economia em meio à crescente globalização. Após anos de inflação elevada e instabilidade, o país se voltou à liberalização econômica, à abertura comercial e às privatizações, buscando reduzir o papel do Estado e ampliar a competitividade internacional. Apesar de alguns avanços, o final desse período foi marcado por debates acerca dos limites das políticas neoliberais e da urgência de políticas sociais mais inclusivas.

Desafios da Funcef antes de 2003

Nesse contexto, a Funcef enfrentava dificuldades estruturais e financeiras. Em 1998, seu patrimônio era de apenas R\$ 6,8 bilhões, evidenciando a necessidade de ajustes para garantir a sustentabilidade do fundo. Além disso, os empregados da Caixa sofriam arrochos salariais, e as compensações pagas (abonos) não eram repassadas aos aposentados. Como consequência, entre 1994 e 2002, os reajustes para os empregados da Caixa totalizaram 28,26%, enquanto a inflação acumulada foi de 104,83% — resultando em uma perda de poder aquisitivo de 76,6 pontos percentuais.

Para os aposentados e pensionistas, a situação era ainda mais delicada. Enquanto o INSS aumentava o valor do teto previdenciário, a Funcef reduzia a suplementação, pois não havia reajustes salariais por parte da Caixa. Esse descompasso, que ficou conhecido como “efeito gangorra”, gerava uma diminuição real dos benefícios. Por exemplo: um aposentado que recebia de suplementação R\$ 1.787,80 em junho de 2002, a suplementação dele era R\$ 1.315 – uma perda de 26,45%.

Impacto do Efeito Gangorra (1995 a 2002) nos benefícios da Funcef

Os benefícios do plano REG/Replan eram calculados com base no salário base do aposentado menos o valor do INSS. Como os salários tinham reajuste 0 (zero) e o INSS tinha a reposição da inflação, o benefício da Funcef diminuía nominalmente, chegando a ser zero o complemento da Funcef.



Ano	INPC-IBGE	Reajuste	Perda/Ganho Real
1995	25,80%	20,94%	-3,86%
1996	14,28%	0,00%	-12,50%
1997	4,30%	0,00%	-4,12%
1998	3,59%	1,00%	-2,50%
1999	5,25%	0,00%	-4,99%
2000	6,96%	0,00%	-6,51%
2001	7,31%	0,00%	-6,81%
2002	9,16%	5,00%	-3,81
Acumulado	104,83%	28,26%	-37,38%

Fonte: ACT Caixa. Elaboração: Dieese.

Redirecionamento na gestão da Funcef (pós-2003)

A partir de 2003, uma nova governança assumiu a gestão da Funcef, comprometendo-se a torná-la mais transparente e voltada aos participantes, sem negligenciar a segurança, a rentabilidade e a solvência dos planos. Esse processo envolveu:

Reformas estruturais: revisão de processos administrativos internos, fortalecimento de controles e gestão de riscos, maior profissionalização da gestão;

Ampliação do patrimônio: de R\$ 6,8 bilhões em 1998, o fundo alcançou R\$ 9,7 bilhões em 2002, seguindo depois para R\$ 56,6 bilhões em 2014, graças a investimentos mais robustos e diversificados;

Foco no participante: melhoria na comunicação, participação ativa em decisões e maior transparência na prestação de contas.

A transformação vivenciada pela Funcef a partir de 2003 ocorreu em meio a um cenário econômico desafiador, fruto das políticas dos anos 1990 e do desequilíbrio salarial que gerou o chamado “efeito gangorra” nos benefícios. Ainda assim, a Fundação conseguiu implementar medidas para garantir a sustentabilidade de longo prazo e ampliar o patrimônio, beneficiando os participantes ativos, aposentados e pensionistas.

Esses avanços reforçam a importância de uma governança sólida, com foco no equilíbrio atuarial e na transparência, para que fundos de pensão possam cumprir seu papel de assegurar dignidade e estabilidade financeira aos seus participantes, mesmo em contextos macroeconômicos adversos.

2006

Conclusão do saldamento e instituição do Novo Plano.

2003

Liquidação da dívida pela Caixa (R\$ 2,7 bilhões), passo crucial para o saldamento e a criação do Novo Plano.

1996

1996

Caixa suspende o pagamento da dívida.

1993

Firmado o Instrumento de Confissão de Dívida entre a Caixa e a Funcef, referente ao déficit de 1989.



Saldamento: marco na história da Funcef

O saldamento foi um dos momentos mais importantes para os participantes, pois garantiu a recomposição do poder de compra dos benefícios. O processo foi negociado por um grupo paritário, submetido a plebiscito nacional e aprovado por ampla maioria (cerca de 80% dos votantes).

Aumentos reais e revisões de benefícios

Na adesão ao saldamento, concedeu-se ganho real de 10,79% para os participantes, além de 4% adicionais em setembro de 2006;

Somando todos os índices aplicados desde 2006, os aposentados que aderiram ao saldamento tiveram um aumento real de 30% no valor do benefício vitalício.

Quadro Resumo

Recomposição de Perdas no REG/Replan Saldado

Ano / Item	Percentual
Incentivo ao Saldamento (2006)	10,79% + 4%
Reajuste real em 2007	3,54%
Reajuste real em 2008	5,35%
Reajuste real em 2010	1,08%
Reajuste real em 2011	2,33%
Total em reajuste real	30%

Expansão do número de participantes

Ampliar o quadro de participantes foi prioridade da gestão. Dos 58.931 empregados Caixa, 16,87% não eram associados à Funcef em 2003. Já em 2014, dos 102.567 empregados Caixa, apenas 2,63% não eram associados.

Como reflexo do sucesso das medidas adotadas, os participantes ativos, aposentados e pensionistas passou de 70.728 para 136.457, um incremento de 65.729 participantes no total, ou seja, quase 93% a mais.

Criação do Novo Plano (2006)

Resultado de ampla negociação entre representantes dos participantes e da patrocinadora (Caixa), o Novo Plano trouxe avanços como:

- Paridade contributiva: a Caixa passou a contribuir com até 12% da remuneração, incluindo o CTVA;
- Mecanismos da LC 109/2001: portabilidade, resgate e autopatrocínio;
- Reajuste anual dos benefícios: garantia de reposição da inflação, independentemente da política salarial do banco;

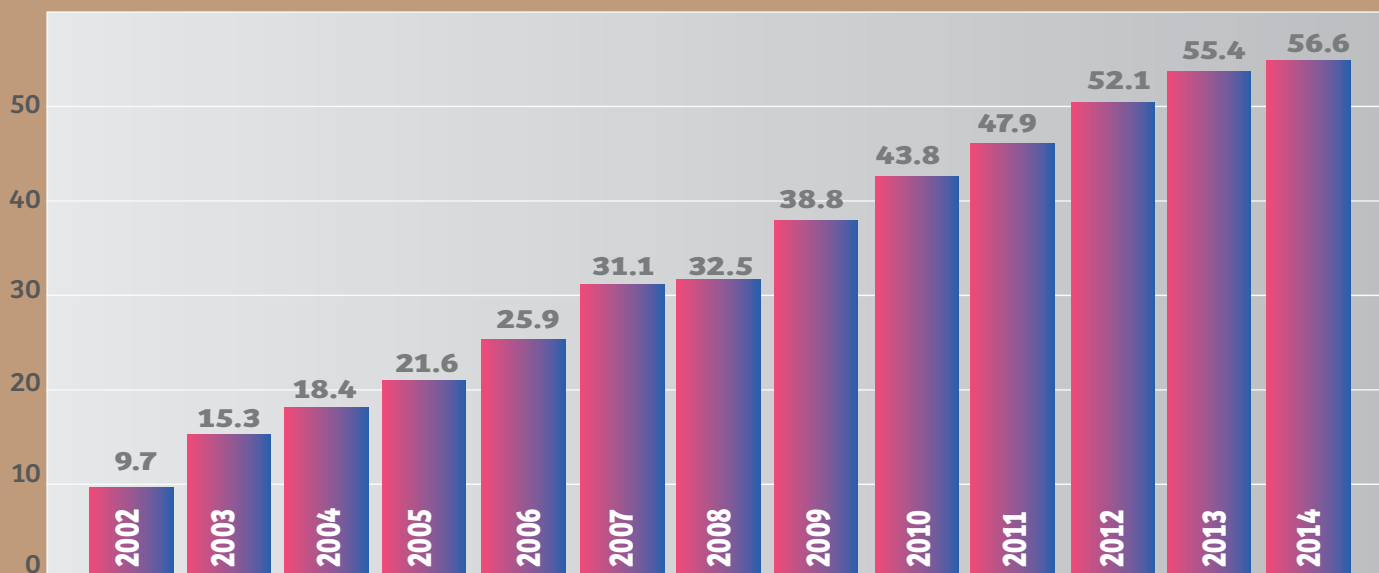
Principais características do Novo Plano

- Modelo Híbrido: Contribuição Definida (fase de acumulação) e Benefício Definido (fase de recebimento);
- Reajuste anual pelo INPC;
- Desvinculação do INSS (o valor do benefício não sofre redução automática em função de aumentos do INSS);
- Inclusão do CTVA no salário de participação;
- Institutos: portabilidade, Benefício Proporcional Deferido (BPD), resgate e autopatrocínio;
- Paridade contributiva de até 12% no salário de participação;
- Pensão por morte equivalente a 80% do benefício devido ao assistido na data do falecimento, pago aos dependentes até 24 anos de idade.

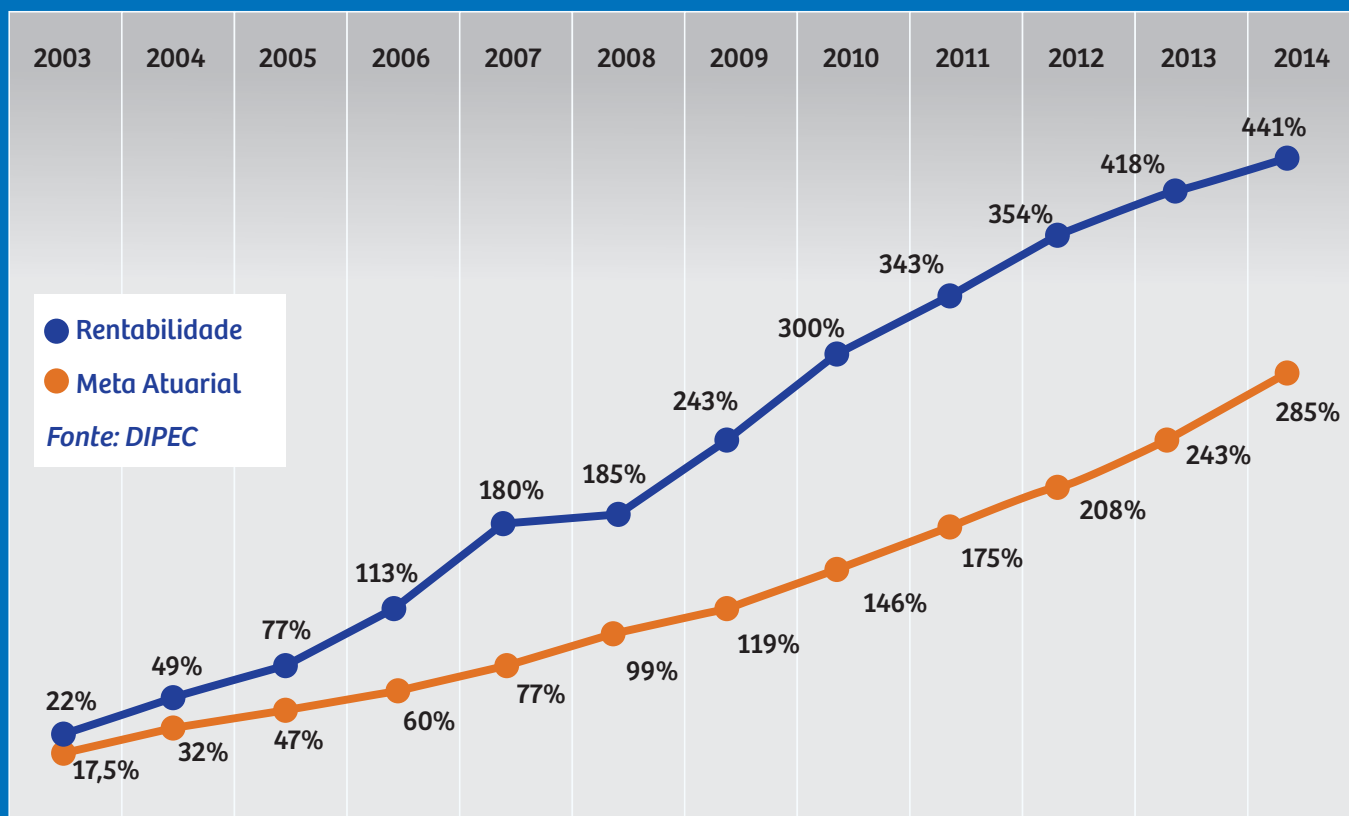
Observação: para diminuir as taxas de equacionamento do Reg/Replan Saldado em 2025, houve redução da pensão, que antes correspondia a 80% do valor do benefício. Com a mudança, o benefício passou a ser de 50% + 10% por dependente, limitado a 80%. No Novo Plano não houve alteração.

Evolução do Patrimônio da Funcef (2000 a 2015)

Patrimônio (Bilhões de R\$)



Resultados - Rentabilidade x Meta Atuarial



Crescimento do patrimônio

Entre 2002 e 2014, o patrimônio da Funcef saltou de R\$ 9,7 bilhões para R\$ 56,6 bilhões, consolidando-se como uma das maiores entidades de previdência complementar do país. Esse crescimento resultou de:

- Recebimento da dívida da Caixa referente ao serviço passado;
- Desempenho da economia;
- Estratégia sólida de investimentos;
- Melhorias na governança;
- Inclusão dos participantes nas decisões estratégicas;



Resultados históricos: rentabilidade acumulada (2002–2014)

Durante esse período, a Funcef apresentou desempenho consistente acima da meta atuarial.

Até 2013, a rentabilidade acumulada chegou a 418,27%, contra 243,48% da meta atuarial.

Esse excedente de aproximadamente R\$ 19 bilhões foi direcionado a reajustes de benefícios, ajustes nos planos e adequações prudenciais.

Alterações pela LC 109/2001

A Lei Complementar 109/2001 introduziu novos institutos (resgate, portabilidade, benefício proporcional deferido e autopatrocínio), além do pagamento de benefício mínimo e outras medidas prudenciais, como alteração da tábua de mortalidade, reajustes de benefícios, retirada do limite de idade e outros.

O custo global dessas melhorias ultrapassa R\$ 20,9 bilhões (valor atualizado até setembro de 2014 pelo INPC).

As despesas foram cobertas pelos próprios planos, graças aos bons resultados do período, sem necessidade de contribuições adicionais.



Fatores que interromperam a trajetória de crescimento

- A partir de 2012, a Funcef e todo o sistema de previdência complementar passaram a enfrentar déficits, atribuídos principalmente às condições macroeconômicas.
- Crise financeira global de 2008: o Ibovespa caiu mais de 41% naquele ano, e ações de Petrobras e Vale recuaram 46% e 51,1%, respectivamente;
- Desvalorização de commodities (minério de ferro), afetando diretamente empresas como a Vale, uma das principais investidas pela Funcef;
- Passivos judiciais de cerca de R\$ 2,2 bilhões na Funcef, além de perdas possíveis estimadas em R\$ 15 bilhões;
- Déficits: aumento do passivo, aumentos reais nos benefícios, redução da meta atuarial, contencioso, conjuntura econômica e as operações LavaJato.





Espetáculo midiático: projeto de destruição dos investimentos e da reputação de seus dirigentes

O ano de 2025 iniciou com sentenças que encerraram alguns dos processos judiciais que se arrastam há uma década. Um dos casos mais emblemáticos é o da Operação Greenfield, deflagrada em 5 de setembro de 2016, que investigou investimentos realizados pelos fundos de pensão, como o caso do Fundo de Investimento em Participações Global Equity Properties (FIP GEP).

Todos estes investimentos haviam sido aprovados de acordo com análises e critério técnicos sem qualquer apontamento por nenhum dos agentes controladores: auditorias internas e externas da Funcef, auditoria da Previc e auditoria da patrocinadora, a Caixa.

O desfecho recente desse caso, com a absolvição de 11 réus pela 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, reforça o questionamento sobre a condução dessas investigações, ampla-

mente divulgadas como escândalos de corrupção, mas que agora se mostram juridicamente frágeis. O magistrado absolveu sumariamente os acusados, “em face da inépcia da peça exordial e da patente ausência de justa causa para a ação penal”, e determinou a exclusão de seus nomes dos registros judiciais.

O que se vê, cada vez mais, é a desconstrução de uma narrativa que criminalizou decisões de investimento, transformando gestores dos maiores fundos de pensão do país – Funcef (Caixa), Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Postalís (Correios) – em alvos de processos judiciais baseados em argumentos frágeis e sem sustentação técnica. Essas acusações, agora desmascaradas pelas sentenças recentes, causaram danos irreversíveis, tanto à reputação dos envolvidos quanto à saúde financeira dos próprios fundos.

A narrativa criada por essas operações influenciou a percepção pública, desestimulou investimentos e aprofundou déficits, tudo sob um manto de suposta “moralização”, que, na prática, resultou em enfraquecimento institucional e prejuízos bilionários para os participantes.

A Operação Greenfield e seus métodos de manipulação

A Operação Greenfield seguiu o mesmo roteiro da Lava Jato: prisões espetacularizadas, buscas e apreensões realizadas sem fundamentação adequada, acusações infundadas e tentativas de obtenção de delações forçadas. O impacto foi devastador para os fundos de pensão, pois qualquer investimento que apresentasse dificuldades financeiras passou a ser tratado como fraude ou gestão temerária, desconsiderando os ciclos econômicos e os riscos inerentes ao mercado.

A imprensa teve um papel determinante nesse processo, amplificando denúncias e criando um ambiente de condenação prévia. No entanto, à medida que as decisões judiciais recentes absolvem os réus, torna-se evidente que essas acusações foram movidas por motivações políticas e ideológicas do que por fundamentos técnicos.

Nos casos do FIP Enseada e no FIP GEP, a justiça concluiu que não houve dolo ou gestão fraudulenta. Por esses processos, os gestores enfrentam anos de importunações e tiveram suas vidas destruídas antes de qualquer veredito. Além dessas, há outras sete denúncias que ainda aguardam decisão.

Essa perseguição teve efeitos que vão além do desgaste pessoal dos envolvidos. Empresas inteiras, que empregavam milhares de trabalhadores, viram seus projetos paralisados, financiamentos suspensos e mercados desvalorizados.

O Impacto Econômico da Lava Jato e da Greenfield

A empolgação gerada pelo chamado “lavarjato” resultou em consequências severas para o Brasil. A Petrobras, por exemplo, cortou drasticamente seus investimentos a partir de 2015, afetando cadeias produtivas inteiras. Fornecedores da estatal entraram em falência, e milhares de trabalhadores perderam seus empregos. O colapso da Sete Brasil, criada para gerenciar a construção de sondas para o pré-sal, é um dos casos mais emblemáticos desse efeito dominó.

No setor de fundos de pensão, a Operação Greenfield teve um impacto semelhante. Ao criar um ambiente de desconfiança generalizada sobre os investimentos dos fundos, resultou em restrição de investimentos estratégicos, desvalorização de ativos e aumento dos déficits, exatamente o oposto do que supostamente pretendia combater.





A CPI dos fundos de pensão e a criminalização dos investimentos

O histórico desses eventos remonta à CPI dos Fundos de Pensão, instalada em 2015 para investigar supostos desvios no Postalis. A inclusão de entidades como Previ, Petros e Funcef ocorreu após manifestação da Previc, órgão regulador do setor. O relatório final da CPI incorporou trechos elaborados pela própria Previc, sem o devido aprofundamento técnico, o que levanta questionamentos sobre o papel do regulador em um momento de forte pressão política. A forma como o processo foi conduzido sugere, no mínimo, um alinhamento de interesses entre parte do setor que deveria ser o guardião do sistema e políticos que buscavam impulsionar determinados interesses próprios.

Os Fundos de Investimento em Participações (FIP) passaram a ser os ativos mais perseguidos da história econômica recente. Mesmo sendo uma estratégia legítima de diversificação e crescimento do patrimônio dos fundos, foram tratados como símbolos de corrupção. A criminalização do FIP foi um dos elementos centrais na narrativa da Greenfield, gerando um impacto duradouro na política de investimentos das fundações.

O papel desempenhado pelas Comissões Técnicas de Apuração

Na Funcef, especificamente, a perseguição tomou contornos ainda mais preocupantes. A própria Fundação se tornou assistente de acusação, mobilizando seu corpo jurídico para atuar contra ex-dirigentes e criar uma narrativa que os incriminasse. Segundo a Funcef, a iniciativa custou, desde 2017, mais de R\$ 10 milhões do patrimônio dos participantes em investigações internas para subsidiar as ações do Ministério Público Federal. Tal posicionamento político contra ex-dirigentes da própria Fundação acabou pressionando ainda mais os cofres já afetados pelos efeitos econômicos externos.



Os casos Sete Brasil, Inuepar e FIP OAS

Sete Brasil: uma oportunidade perdida

A Sete Brasil foi um dos principais projetos estratégicos do Brasil, criada para financiar a construção de sondas de perfuração para explorar o pré-sal. Grandes investidores, como Bradesco, Santander, BTG Pactual e fundos de pensão, aderiram ao projeto. No entanto, com o avanço da Lava Jato, contratos foram bloqueados, levando ao colapso da empresa e à perda de milhares de empregos.

Enquanto Petros e Previ conseguiram recuperar parte dos valores investidos por meio de acordos com a Petrobras, a Funcef ficou de fora, sem explicações claras. Isso levanta questões sobre a seletividade das decisões e os impactos sobre os participantes do fundo.

Sete Brasil: quem e quanto investiu

Investidor (R\$)	1ª Emissão (R\$)	% FIP 1ª Emissão	2ª Emissão (R\$)	% FIP 2ª Emissão	Total Subscrito
PETROS	350.000.000	19,21%	1.036.271.220	17,65%	1.386.271.220
FUNCEF	350.000.000	19,21%	1.036.271.220	17,65%	1.386.271.220
BRADESCO	250.000.000	13,72%		3,20%	250.000.000
BTG PACTUAL	250.000.000	13,72%	1.937.319.339	27,56%	2.187.319.339
SANTANDER	250.000.000	13,72%	250.000.000	6,38%	500.000.000
PREVI	180.000.000	9,88%		2,31%	180.000.000
VALIA	100.000.000	5,49%	100.800.000	2,56%	200.800.000
LAKESHORE PARTNERS ⁽¹⁾	1.000.000	0,05%	3.025.066	0,05%	4.025.066
PETROBRAS	91.105.264	5,00%	269.742.879	4,59%	360.848.143
LUCE VENTURE	-	0,00%	285.000.000	3,56%	285.000.000
EIG PARTNERS	-	0,00%	509.459.990	6,37%	509.459.990
FI-FGTS	-	0,00%	650.000.000	8,12%	650.000.000
TOTAL	1.822.105.264	100,00%	6.077.889.715	100,00%	7.899.994.979

Os investidores Privados (Banco BTG Pactual, Banco Santander e os fundos estadunidenses Lakeshore, Luce Venture e Eig Partners) avaliaram o projeto como excelente oportunidade e aumentaram substancialmente a participação na 2ª emissão, mas nenhum desses investidores foi arrolado na operação Greenfield.

A destruição da Sete Brasil em consequência das operações Lava Jato e Greenfield também impactou nos investimentos do Estaleiro Rio Grande que tinha estrutura para a construção das sondas e previa um aluguel por 10 anos renováveis para a Petrobrás.

Perguntas que a Funcef precisa responder aos participantes:

- 1.** Por que somente a Funcef não recebeu o valor oferecido em acordo?
- 2.** Que medidas a atual diretoria está adotando para reverter a decisão anterior?
- 3.** Por que esse tema nunca foi apresentado aos participantes?
- 4.** Que providências a Funcef está tomando para reaver os mais de R\$ 1 bilhão pactuados nos acordos com os outros investidores?





Invepar e seu potencial de investimentos destruído pela LavaJato

A Invepar consolidou-se como uma das principais empresas de infraestrutura do país, com atuação em mobilidade urbana, rodovias e aeroportos. Seu portfólio incluía ativos estratégicos como o MetrôRio, a Linha 4 do Metrô, a Linha Amarela, a Via 040 (BR-040) e o Aeroporto de Guarulhos. Ou seja, a Invepar era um investimento robusto, baseado em concessões de longo prazo e projeção sólida de crescimento.

Esse cenário começou a se desfazer em 2015, com a crise da OAS, provocada pela atuação destrutiva da Lava Jato, que espalhou desconfiança, desorganizou o ambiente de negócios e criminalizou investimentos legítimos. A operação ignorou a complexidade dos contratos e os efeitos de longo prazo, promovendo um desmonte institucional com graves consequências.

Em 2021, a empresa passou por reestruturação, mas os danos financeiros e reputacionais já estavam impostos, resultado de uma lógica punitivista que custou caro ao país.

Empresas investidas pela Invepar:

Linha Amarela (RJ): Via expressa no Rio de Janeiro, alvo de disputas judiciais com a prefeitura, que em 2021 assumiu unilateralmente a gestão, gerando perdas à Invepar.

Via Parque Rímac (Peru): Rodovias urbanas em Lima, afetadas por atrasos e dificuldades de financiamento.

Metrô Rio: Operação das linhas 1 e 2 (e expansão para a Linha 4) do metrô carioca. A pandemia de Covid-19 reduziu drasticamente o número de passageiros, agravando problemas financeiros.

SuperVia: Sistema de trens urbanos do Rio de Janeiro, que entrou em recuperação judicial em 2021 devido a queda de receita, dívidas e questões de segurança pública.

GRU Airport (Guarulhos):

Um dos maiores aeroportos da América Latina, afetado pela queda de tráfego aéreo na pandemia.

Rodovias: Via040 (BR-040), Concessionária Rio-Teresópolis (CRT), Concessionária Litoral Norte (CLN), Concessionária Bahia Norte (CBN) e Concessionária Rota do Atlântico (CRA).

Mobilidade Urbana: VLT Carioca, no centro do Rio de Janeiro.

FIP OAS: mais um prejuízo causado pela Lava Jato

O Fundo de Investimento em Participações OAS Empreendimentos (FIP OAS-E) foi estruturado para adquirir ações da OAS Empreendimentos S.A., empresa de capital fechado focada em incorporação imobiliária e serviços de engenharia. Surgiu a partir da reestruturação do Fundo de Investimentos em Participações Caixa Zuri-que, registrado na CVM em janeiro de 2013.

Em novembro de 2013, a Diretoria Executiva da Funcef aprovou a participação no FIP OAS-E, comprometendo-se a aportar R\$ 400 milhões (20% das cotas). O investimento foi dividido em duas parcelas de R\$ 200 milhões, a primeira em fevereiro de 2014 e a segunda prevista para 12 meses depois.

Crise e aportes adicionais

A Operação Lava Jato arrolou os principais executivos do Grupo OAS e a plena efervescência das denúncias coincidiu com o período do segundo aporte para o FIP OAS-E. A diretoria Funcef, à época, enquanto aguardava o desenrolar dos acontecimentos, reteve o pagamento do valor contratado.

Por esse fato, enfrentou decisões arbitrais e judiciais desfavoráveis que a obrigaram a quitar os débitos. Em maio de 2023, o Tribunal Arbitral determinou que a Funcef efetuasse o segundo aporte de R\$ 200 milhões, acrescido de multas e juros.

Acordo Judicial

Em dezembro de 2024, Funcef e FIP OAS-E chegaram a um acordo judicial, pelo qual a Funcef pagou R\$ 635 milhões, evitando um desembolso estimado em R\$ 820 milhões. Esse acordo buscou encerrar a disputa e limitar perdas futuras, embora represente mais um passivo considerável para a Fundação.

Reestruturação

A Invepar enfrentou dificuldades financeiras devido ao alto endividamento e à crise da OAS, agravada pela Operação Lava Jato. Em 2021, passou por reestruturação societária e financeira, com venda de ativos como a participação no Metrô Rio ao fundo Mubadala, buscando reequilibrar suas operações.



Impacto da Lava Jato na economia brasileira e a Funcef

A Operação Lava Jato, que começou em 2014, teve grandes repercussões no Brasil, tanto na política quanto na economia. O que era para ser um movimento de combate à corrupção acabou por desestruturar setores importantes da nossa economia, com impactos que ainda sentimos hoje. De acordo com um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre as implicações da Lava Jato em diversos setores da economia, o Brasil perdeu 4,4 milhões de empregos e viu o PIB cair 3,6% entre 2014 e 2017. Além disso, estima-se que R\$ 172,2 bilhões em investimentos não foram realizados nesse período, prejudicando áreas como petróleo, gás e construção civil.

A Petrobras, que durante anos vinha em ritmo de expansão, cortou investimentos essenciais a partir de 2015. Esses cortes, associados à paralisação de grandes obras e projetos, geraram um efeito em cadeia, atingindo diretamente o mercado de trabalho e a arrecadação de impostos. Ainda segundo o estudo do Dieese, a massa salarial foi reduzida em R\$ 85,8 bilhões, e setores como o comércio e os serviços sofreram consequências severas dessa retração econômica.

Empresas no centro das investigações viram seus projetos serem paralisados, seus contratos suspensos e sua capacidade produtiva desmantelada. Ainda de acordo com o Dieese, a Petrobras cancelou investimentos da ordem de R\$ 104 bilhões entre 2015 e 2017. Esse corte drástico resultou em uma queda generalizada na geração de empregos e na arrecadação de impostos.

Um exemplo emblemático dos efeitos da Lava Jato foi a Sete Brasil, empresa criada para gerenciar a construção de sondas de perfuração para explorar o pré-sal. A descoberta dessas reservas colocou o Brasil no centro das atenções globais do setor de petróleo, atraindo

grandes investimentos de instituições financeiras e fundos de pensão, como a Funcef. No entanto, com o avanço das investigações da Lava Jato, contratos foram bloqueados, resultando no colapso da empresa e na perda de milhares de empregos.

Nesse contexto surge uma nova ferramenta jurídica de controle político e econômico: o lawfare. O termo, uma junção das palavras law (lei) e warfare (guerra), se refere ao uso estratégico das leis como arma de guerra. No Brasil, o conceito ganhou força no âmbito da Lava Jato, evidenciando-se na maneira como o aparato judicial foi utilizado para dismantelar empresas estratégicas e enfraquecer lideranças políticas específicas. Em vez de buscar preservar a estrutura produtiva e os empregos, as ações da Lava Jato resultaram na paralisação de grandes empreendimentos, prejudicando diretamente a economia do país.

No caso dos fundos de pensão, a Operação Greenfield, um desdobramento da Lava Jato, focou nos investimentos realizados por essas instituições, como a Funcef. A Fundação, que entre 2003 e 2012 apresentou crescimento significa-

tivo, viu seus rendimentos reduzirem drasticamente após 2014, como reflexo da crise econômica, agravada pelas ações judiciais.

A gestão da Funcef, que implementou reformas estruturais e ampliou o patrimônio do fundo de R\$ 9,7 bilhões em 2002 para R\$ 56,6 bilhões em 2014, foi alvo de uma perseguição jurídica que desconsiderou o contexto macroeconômico. O uso do lawfare teve como objetivo criar uma narrativa de má gestão, desconsiderando a conjuntura econômica adversa, focando em criminalizar decisões de investimento que foram diretamente impactados pela retração gerada pela Lava Jato. A narrativa de má gestão, amplamente disseminada pela mídia e pelos processos judiciais, pôs em riscos a imagem dessas instituições, desestabilizando a confiança que os participantes tanto necessitam para manter a segurança no futuro de suas aposentadorias.

O grande desafio agora é restaurar a confiança, fortalecendo a governança e garantindo que o lawfare não continue a prejudicar os verdadeiros donos dessas instituições – os participantes.



A TESE ANTES DA PROVA:

OPERAÇÃO GREENFIELD

O DOCUMENTÁRIO

**A PARTIR DE
26 DE MAIO**



/anapar
/fenaefederacao



ASSISTA O
DOCUMENTÁRIO